

HABEAS CORPUS Nº 563.568 - SP (2020/0046658-5)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FLÁVIO DE ALMEIDA PONTINHA - SP269293
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EVANILDE MENDES ROSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que deu provimento ao agravo em execução da acusação.

Consta dos autos que a paciente resgata a pena total de 17 anos e 2 meses de reclusão, pela prática dos crimes de extorsão mediante sequestro, associação criminosa, porte ilegal de arma e receptação.

A impetrante argumenta, em suma, que a Lei 10.792/2003 não mais exige o prévio parecer da Comissão Técnica de Classificação e o exame criminológico do reeducando para a instrução do pedido de livramento condicional, sendo suficiente, além do requisito temporal, a comprovação de bom comportamento carcerário emitido pelo diretor do estabelecimento prisional.

Requer, liminarmente e no mérito, o restabelecimento da decisão de 1º grau.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

Manifestou-se o Ministério Público Federal pela concessão da ordem.

Em consulta ao sistema processual eletrônico desta Corte, verificou-se que o presente *writ* é mera reiteração do *Habeas corpus* 543.677/SP, por mim julgado em 3/2/2020, sendo concedido o *mandamus* nos termos aqui requeridos.

Ante o exposto, não conheço o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator